

Rompimento de barragem da Mineração Rio Verde, em Nova Lima (MG) deixa mortos e destruição ambiental

DATA DE EDIÇÃO
18/01/2016

MUNICÍPIOS
MG - Nova Lima

LATITUDE
-

LONGITUDE
-

SÍNTESE

O rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Mineração Rio Verde, em São Sebastião das Águas Claras, no município de Nova Lima (MG), deixou um rastro de seis quilômetros de destruição: cinco operários morreram; uma adutora da Copasa rompeu, e o córrego Taquaras foi soterrado.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Em junho de 2001, o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro da Mineração Rio Verde matou cinco operários, destruiu a principal via de acesso e soterrou parte da localidade de São Sebastião das Águas Claras, no distrito de Macacos, em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). Cinco pessoas morreram e 79 hectares de Mata Atlântica foram devastados. Cerca de 600 mil m3 de rejeitos atingiu o córrego Taquaras e 30 hectares de uma área de proteção ambiental na região (VIOLA, 2013; JORNAL A TARDE, 2001, REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2007; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2008).

A barragem estava situada ao lado da estrada que liga a BR 040 a São Sebastião das Águas Claras (CUNHA, 2001). A estrada era a principal via de acesso à localidade e ficou interditada por 10 meses. Além disso, o turismo na localidade, muito procurada por moradores da região metropolitana, também foi afetado (SANTOS, 2015).

Nova Lima - 429,004 km2 e população estimada em 2015 de de 89.900 pessoas (IBGE,2014), está situada na província mineral do Quadriláterio Ferrífero. Com uma área que corresponde a apenas 0,005% do território nacional, o município possui cerca de 10% de suas reservas de minério de ferro (JW CONSULTORES ASSOCIADOS, 2006). e viveu por muitos anos da produção do ouro, sob forte influência dos imigrantes ingleses (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA, s.d.). Basicamente voltada para a exportação, a mineração não tem contribuido para incrementar outros setores da economia local e essa dependência de uma única base de sustentação econômica tem preocupado a comunidade local (JW CONSULTORES ASSOCIADOS, 2006).



O município conta com grandes áreas remanescentes de Mata Atlântica, abriga 11 unidades de preservação ambiental, mais de 800 nascentes e alguns lagos, além de um manancial aquífero, que abastece Belo Horizonte (SOS NOVA LIMA, s.d.).

A Mineração Rio Verde detinha três títulos de lavra de minério de ferro em áreas contíguas, situadas na Região da Mutuca, em Nova Lima, e realizava lavra a céu aberto. Além disso, possuía duas unidades de tratamento de minério, denominadas ITM-3 - mais antiga e de menor porte, que trabalha a úmido, gerando finos - e a ITM-4, inaugurada em 2000, e que funciona a seco e não gera rejeito (GIRODO,

20015). A mineradora utilizava uma antiga cava para disposição dos rejeitos, que depois de totalmente preenchida, foi alteada em mais 20 metros (CUNHA, 2014).

Em 2006, a Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR), controlada pelo grupo Caemi Mineração e Metalurgia S/A, que pertence à Vale, comprou os recursos minerais, terrenos e equipamentos de exploração da Rio Verde Mineração S/A por US$ 45 milhões, com recursos próprios. A mina da Rio Verde fica entre as duas minas que a MBR possui na região de Nova Lima, a Capão Xavier e a Mutuca. Na ocasião, a MBR esclareceu as obrigações legais e os passivos continuaram sob a responsabilidade da Rio Verde (O TEMPO, 2006).

As atividades de extração mineral têm deixado passivos ambientais no município, como barragens de rejeitos abandonadas e contaminação do solo com arsênio (JW CONSULTORES ASSOCIADOS, 2006). Entidades ambientalistas atribuíram o rompimento da barragem de rejeitos da Mineração Rio Verde ao descaso dos governos estadual e federal na fiscalização das atividades mineradores nos arredores de Belo Horizonte (AGÊNCIA ESTADO, 2001).



O rompimento transformou-se em um novo marco sobre as políticas ambientais relacionadas ao setor mineral, em especial no que diz respeito às normas regulamentadoras de barragens. Desde 2001, entidades públicas e privadas vêm propondo a discussão de uma legislação específica para a gestão de segurança de barragens. Esses debatates deram origem à Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Políticas Ambientais (Copam): DN 62, de 2002, posteriormente alterada pela DN, 87, de 2005 e pela DN 113, de 2007. Também foi elaborado o Programa Especial de Segurança em Barragens de Rejeitos, iniciativa pioneira no país, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) (ESPÓSITO; DUARTE, 2010; TONIDANDEL, 2011).

Depois do acidente com a barragem da Mineração Rio Verde, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) de Minas Gerais iniciou um levantamento para apurar do número e o tipo de barragens existentes nas indústrias e nas minerações do estado, conforme os parametros estabelcidos pela Deliberação Normativa 62. Foi estabelecida também a necessidade de se realizar auditorias técnicas por consultores externo aos quadros da empresa (ESPÓSITO; DUARTE, 2010).



O rompimento da barragem gerou ações cíveis e penais na Justiça mineira. Em junho de 2007, dois engenheiros da mineradora foram condenados a oito anos e oito meses de prisão, em regime fechado, por crime ambiental. Pesaram contra eles crimes contra a flora, a fauna, a unidade de conservação, e alegações de descumprimento das exigências do processo de licenciamento ambiental. A decisão foi da Comarca de Nova Lima (MG), cabendo recurso (REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2007).

Já os diretores da Rio Verde foram condenados a penas de mais de oito anos de reclusão – revertidas em prestação de serviço – e ao pagamento de multa de R$ 7 mil cada um. A empresa foi condenada também a construir um estacionamento para 150 veículos no distrito de Macacos e a realizar a manutenção em um córrego de Nova Lima (REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2007; FONSECA; SOUTO, 2015).

Quinze anos após a tragédia, ainda não foram concluídas medidas para amenizar os prejuízos ambientais e os rejeitos de minério perigam atingir o rio das Velhas, que abastece a capital mineira, ameaça que é descartada pelos técnicos da Copasa (CUNHA, 2014).

Os moradores se queixam da falta de informações sobre a situação das barragens sob a responsabilidade da Vale. “A represa da Mina dos Tamanduás subiu oito metros nos últimos três anos. Nós, que pescávamos lá, vimos trincas na construção. O leito do rio é muito estreito e há ribeirinhos ali. A Vale fez reforma na represa, mas as pessoas ficam com grande receio de um novo acidente”, diz Gerson de Souza, morador de Macacos há 47 anos (FONSECA; SOUTO, 2015).

O presidente da Associação de Moradores de Macacos, José Paulo Ribeiro Fontes Júnior, afirma que “está sendo depositado rejeito de minério na barragem de Pasárgada, que não tem estrutura para isso. Ela fica num nível superior e, portanto, é uma bomba apontada para o distrito”, afirma. Segundo ele, em todo o terreno há marcas do rejeito de

minério sendo carregado pela água até a represa, e disse que vai recorrer à Justiça (BRAGA, 2015).

Segundo a Vale, a barragem citada por José Paulo é a Capão da Serra, que está localizada em área da MBR e "não recebe qualquer tipo de rejeito", tendo "a função única e exclusiva de receber a drenagem superficial oriunda da mina de Tamanduá. Como medidas de controle, há instrumentos e inspeções periódicas feitas por equipe técnica da Vale, além de auditorias anuais por profissionais independentes" (BRAGA, 2015).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. Rompimento de barragem deixa cinco desaparecidos, 23 jun. 2001. Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rompimento-de-barragem-deixa-5-desaparecidos,20010623p19508. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRAGA, Ernesto. Sobreviventes de barragens rompidas em Minas amargam espera por indenização. Hoje em Dia, 15 nov. 2015. Disponível em: http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/sobreviventes-de-barragens-rompidas-em-minas-amargam-espera-por-indenizac-o-1.359860. Acesso em: 15 jan. 2016.

CUNHA, Thalita Ramos. Rompimento de uma barragem em São Sebastião das Águas Claras. Site Prezi, dez. 2014. Disponível em: http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1621662-rompimento-de-barragem-em-mina-deixa-tres-mortos-em-mg. Acesso em: 15 jan. 2016.

ESPOSITO, Terezinha de Jesus; DUARTE, Anderson Pires. Classificação de barragens de contenção de rejeitos de mineração e de resíduos industriais em relação a fatores de risco. Revista Escola de Minas, v.63, n.2. Ouro Preto, jun. 2010, pp. 393-398. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0370-44672010000200026&script=sci_arttext. Acesso em 19 jan. 2016.

FONSECA, Marcelo da; SOUTO, Isabella. Catástrofe de Mariana reaviva momentos traumáticos em atingidos por outros desastres. EM.com.br, 11 nov. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,705826/catastrofe-de-mariana-reaviva-momentos-traumaticos-em-atingidos-por-ou.shtml. Acesso em 19 jan. 2016.

GIRODO, Antônio Carlos. Projeto APA Sul – Estudos do Meio Físico, v. 2. Ministério de Minas e Energia e Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/apa_sul_rmbh_mineracao_texto.pdf. Acesso em: 19 jan. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nova Lima (MG). Cidades@, 2014. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314480. Acesso em: 19 jan. 2016.

JW CONSULTORES ASSOCIADOS. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Nova Lima – MG. Diagnóstico, fev. 2006. Disponível em: http://rmbh.org.br/sites/default/files/MZRM.NOVA.LIMA.RCB.diagnostico.definitivo.pdf. . Acesso em: 19 jan. 2016.

O TEMPO. MBR compra a Rio Verde Mineração, 07 jan. 2006. Disponível em: http://www.otempo.com.br/capa/economia/mbr-compra-a-rio-verde-minera%C3%A7%C3%A3o-1.319622. Acesso em: 19 jan. 2016.

PORTELA, Marcelo. Rompimento de barragem em mina deixa três mortos em MG. A Tarde, 10 set. 2014. Disponível em: http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1621662-rompimento-de-barragem-em-mina-deixa-tres-mortos-em-mg. Acesso em: 22 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA. Uma cidade especial nas montanhas de Minas. Site, s.d. Disponível em: http://www.novalima.mg.gov.br/conheca-nova-lima/. Acesso em: 15 jan. 2016.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Engenheiros são condenados por rompimento de barragem em MG, 15 jun. 2007. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2007-jun-15/engenheiros_sao_condenados_rompimento_barragem. Acesso em: 22 nov. 2015.

SANTOS, Bruno Carazza. De Macacos a Mariana: uma breve reflexão sobre responsabilização por acidentes ambientais no Brasil. Blog Leis e Números, 8 nov. 2015. Disponível em: https://leisenumeros.wordpress.com/category/rio-verde/. Acesso em: 15 jan. 2016.

SOS NOVA LIMA. O Futuro de Nova Lima. Site, s.d. Disponível em: http://www.sosnovalima.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=3. Acesso em: 15 jan. 2016.

TONIDANDEL, R. de P. Aspectos legais e ambientais do fechamento de mina no estado de minas gerais. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geologia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de mestre em Geologia. Área de Concentração: Geologia Econômica Aplicada. Belo Horizonte Fevereiro de 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apelação Criminal Nº 1.0188.01.002864-8/001, 1 dez. 2008. Disponível em: http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5970101/101880100286480011-mg-1018801002864-8-001-1/inteiro-teor-12106389. Acesso em: 22 nov. 2015.

VIOLA, Zenilde das Graças Guimarães. Comissão Estadual P2R2 Minas. Condução dos Trabalhos, Lançamento do Mapa de Acidentes Ambientais 2012 e Balanço dos 10 anos do NEA. Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema. Diretoria de Prevenção e Emergência Ambiental, 29 nov. 2013. Disponível em: http://slideplayer.com.br/slide/375888/. Acesso em: 22 nov. 2015.